

MATERNIDADE E FORMAÇÃO ACADÊMICA: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA NO ENSINO SUPERIOR

Priscila Mayara Pinho Vieira¹
Suzana Coelho Conceição²

¹Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: pimayara@hotmail.com

²Assistente Social. Educadora. Orientadora de TCC do curso de especialização em gênero, diversidade e direitos humanos da UNILAB. E-mail: szcoelho@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho tem como proposta abordar o tema maternidade e vida acadêmica, no sentido de identificar as principais barreiras encontradas por estudantes-mães para a realização de sua trajetória no ensino superior. Para tal estudo, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, pautada em estudos teóricos de intelectuais, tais como Ariès (1986) e Poster (1979), Aquino (2005/2006), Badinter (1985), dentre outros. Além disso, buscou-se compreender de que forma as relações de gênero, inseridas no ensino superior, podem limitar ou influenciar na formação acadêmica de mulheres mães. Buscou-se também identificar a existência de políticas públicas voltadas para a maternidade no contexto das universidades brasileiras. Para tal, o método escolhido foi a pesquisa bibliográfica, através da análise de artigos e publicações acerca do tema. Foi possível perceber com essa pesquisa que, mesmo estando nos mesmos espaços acadêmicos, homens e mulheres não têm igualmente seu direito à educação garantido, à medida que não possuem as mesmas condições objetivas de permanência na universidade. Políticas voltadas para a maternidade dentro do ambiente acadêmico são fundamentais para a redução dessa desigualdade.

Palavras-chave: Maternidade; universidade; gênero.

Abstract: This work proposes to approach the theme of motherhood and academic life, in order to identify the main barriers encountered by student-mothers to carry out their trajectory in higher education. For this study, a qualitative research will be carried out, which will be based on theoretical studies of educational intellectuals, such as Ariès (1986) and Poster (1979), Aquino (2005/2006), Badinter (1985), among others. In addition, we will seek to understand how gender relations, inserted in higher education, can limit or influence the academic training of women mothers. We will also seek to identify the existence of public policies aimed at maternity in the context of Brazilian universities. To this end, we will use bibliographic research as a method, through the analysis of articles and publications on the subject. It is concluded that, even being in the same academic spaces, men and women do not have their right to education equally guaranteed, as they do not have the same objective conditions of permanence at the university. Policies focused on motherhood within the academic environment are fundamental to reduce this inequality.

Palavras-chave em língua estrangeira: Maternity; university; gender.

1. INTRODUÇÃO

Como afirma Wright Mills: “Os pensadores mais admiráveis não separam seus trabalhos de suas vidas”. Essa frase indica a inevitável relação entre a pesquisa e a vida do pesquisador. O interesse pelo tema desta pesquisa não poderia ter sido outro. Surgiu a partir das minhas vivências enquanto mãe, trabalhadora e estudante e de todas as inquietações e situações sofridas desde o início dessa jornada chamada maternidade. Foram muitos os incômodos que me fizeram refletir sobre as relações de gênero diante do contexto supracitado. É uma ilusão imaginar a neutralidade na produção de uma pesquisa, seja ela qual for, já que a mesma está inserida no contexto histórico e social e na realidade de quem escreve.

A maternidade, enquanto fenômeno biológico e social, é marcada por inúmeros estigmas e ideias que predominam no imaginário social. Os conceitos e práticas relacionadas a ela, foram construídos ao longo da história, modificando-se de acordo com as transformações sociais e econômicas de cada sociedade. Dentro de uma sociedade patriarcal, há um discurso hegemônico de que a mulher deve estar a postos para a maternidade, do contrário, não é tida como uma verdadeira mulher.

Apesar de, atualmente, ocupar vários espaços, principalmente no que tange à educação e trabalho, a mulher na condição de estudante se depara com diversos limites, bem como dificuldades para sua permanência em um determinado curso ou instituição educacional.

Esse trabalho tem como objetivo geral abordar o tema maternidade e vida acadêmica, no sentido de identificar as principais barreiras encontradas por estudantes-mães para a realização de sua trajetória no ensino superior. Para tal, foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica, através da análise de artigos e publicações acerca do tema. Tendo em vista a amplitude do tema pesquisado, decidiu-se utilizar como recorte o material disponível no site do Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade - Núcleo Materna. Trata-se de um núcleo virtual, independente, sem fins lucrativos, formado por mães, docentes, pós-graduandas, discentes de graduação e ativistas da causa materna de diversas

partes do Brasil e que tem o intuito de visibilizar e incentivar os estudos em maternidade em todos os espaços, em especial no espaço universitário

Tendo em vista os objetivos específicos, buscar-se-á compreender de que forma as relações de gênero, inseridas no ensino superior, podem limitar ou influenciar na formação acadêmica de mulheres mães. Buscaremos também identificar a existência de políticas públicas voltadas para a maternidade no contexto das universidades brasileiras.

Dessa forma, esse estudo tem a seguinte questão norteadora: quais são as principais barreiras encontradas por estudantes-mães no contexto da vida acadêmica? Para contribuir com essa discussão, o referido trabalho está estruturado em 6 capítulos. O capítulo intitulado "Maternidade e Formação Acadêmica", está dividido em três seções. A primeira traz um resgate histórico sobre o conceito de maternidade e seus desdobramentos para as sociedades. A segunda reflete sobre a condição das mulheres que se tornam mães no período em que também são estudantes da universidade. Na terceira, discute-se sobre as políticas públicas voltadas para estudantes mães na universidade brasileira.

Os próximos capítulos trarão, respectivamente, o método utilizado para a construção do referido trabalho e os resultados e discussões identificados no mesmo. Por fim, as considerações finais, que não pretendem encerrar a discussão, mas, pelo contrário, ampliá-la para que novas pesquisas acerca do tema possam surgir.

2. MATERNIDADE E FORMAÇÃO ACADÊMICA

2.1 Maternidade: uma construção histórica e social

De acordo com Steves (2007), por muito tempo a maternidade foi considerada uma experiência puramente biológica, fixada literal e simbolicamente nos limites do domínio privado e emocional. É certo que o sentido da maternidade se diversifica conforme o contexto histórico.

Segundo Ariès (1986) e Poster (1979) os conceitos de família, bem como sobre infância e maternidade sempre variaram, de acordo com os contextos culturais, sociais, econômicos e políticos. Ou seja, o conceito do amor materno, bem

como a relação mãe- criança, nem sempre tiveram as mesmas concepções, sendo produzidos e reproduzidos por discursos e práticas sociais.

A família antiga tinha por missão – sentida por todos – a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher, isolados não podiam sobreviver [...]. Ela não tinha função afetiva” (Ariès, 1981, p. 10).

Em se tratando do contexto europeu, segundo Poster (1979), somente a partir do século XIX, passou-se a se considerar a criança a importância para as famílias, colocando em questão costumes educativos voltados para as mesmas. Dessa forma instaura-se um novo padrão familiar associado à burguesia Poster (1979), cujos filhos tornaram-se importantes para os seus pais e mães, a família burguesa passou a se organizar em núcleos onde havia a divisão de papéis de cada um, sendo a criança agora vista como uma futura mão de obra produtiva, aos olhos da classe burguesa.

A preocupação com a família e com a infância, portanto, surge a partir do momento em que a criança toma a centralidade, ou seja, passa a receber atenção e cuidados dos pais. Com isso, podemos dizer que o significado da maternidade está diretamente ligada ao surgimento das novas concepções de infância advindas a partir de tais reconfigurações familiares, à medida que as transformações econômicas causam também profundas transformações sociais e de comportamento.

Sobre o mito do amor materno no contexto da Europa, Badinter (1985) afirma que este não se constituía como valor familiar e social na importância, conotação e posição nos anos anteriores ao século XVIII, apesar de não negar a existência do mesmo nesse período. Para a autora, a partir dos anos de 1770 houve uma imposição à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo, e inaugurou-se o mito que continua vivo até a atualidade: o do amor natural e espontâneo de toda mãe pelo filho.

A maternidade, concebida no século XIX a partir de Rousseau, é entendida como um sacerdócio, uma experiência feliz que implica também necessariamente dores e sofrimentos. Um real sacrifício de si mesma. Se tanto se insiste nesse aspecto da maternidade [...] é para mostrar a adequação perfeita entre a natureza da mulher e a função de mãe” (Badinter, 1985, p. 249).

Isso, segundo ela, foi fruto do interesse do Estado em salvar as crianças da mortalidade infantil em um contexto em que a Europa apresentava crise econômica e as crianças eram vistas como mão de obra produtiva em potencial. Dessa forma,

Foram necessários nada menos de três discursos diferentes para que as mulheres voltassem a conhecer as doçuras do amor materno e para que seus filhos tivessem maiores possibilidades de sobrevivência: um alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso, dirigido exclusivamente às mulheres. (BADINTER, 1985, p. 149).

Tais discursos contribuíram para que as mulheres passassem a ser consideradas o eixo da família, responsáveis pelo cuidado e educação dos filhos. Conforme Badinter (1985, p. 202), já no início do século XIX, “a era das provas de amor havia começado”, ou seja, a mulher passou a sacrificar-se em prol dos cuidados maternos:

A vigilância materna se estendeu de maneira ilimitada. Não havia hora do dia ou da noite em que a mãe não cuidasse sozinha, carinhosamente de seu filho. Quer estivesse em boa saúde ou doente, ela deve permanecer vigilante. Se, porém, ela adormecia, estando o filho enfermo, eis que se sentia culpada do maior dos crimes maternos: a negligência. (BADINTER, 1985, p. 211).

Citando como exemplo a maternidade no contexto da escravidão nos Estados Unidos, no século XIX, Davis (2016) afirma que:

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar.

No Brasil não foi muito diferente. Ao fazer um recorte histórico do século XIX, Venâncio (2002) afirma que para combater as taxas de mortalidade infantil os médicos desse período passaram a apoiar a ideia de que a maternidade era o desígnio natural da mulher a fim de promover o cuidado maior das mães pelos seus filhos. Além disso, esse autor ressalta que o determinismo naturalista e a normatização médica construíram, com seus métodos e teorias, um modelo de mulher baseado na anatomia e na fisiologia. Tais ideais trouxeram diversas

consequências para as mulheres, no sentido de limitá-las à esfera doméstica e familiar.

É possível perceber que as questões de cunho econômico, político e social influenciam diretamente as concepções sobre maternidade no Brasil, à medida que as relações familiares passaram a serem pensadas e normatizadas pela ciência médica.

2.2 Tornar-se mãe no contexto acadêmico

Ao longo da história da humanidade, marcada por um processo de dominação masculina e subordinação feminina, o acesso à universidade foi, por muito tempo, restrito aos homens. No entanto, se antes havia uma discriminação de gênero que impedia o ingresso das mulheres ao ambiente acadêmico, marcadamente masculino durante séculos, hoje, essa discriminação segue outras direções (Yannoulas, 2007).

No contexto brasileiro, segundo (PORTAL BRASIL, 2017), o primeiro aspecto a observar sobre as mulheres na sociedade brasileira é de que compõem a maioria da população, “passaram a viver mais, têm tido menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias.” (PORTAL BRASIL, 2017, s/p). Em relação à escolaridade, as mulheres passaram a ocupar mais os espaços universitários, como afirma o estudo de (GUEDES, 2008). Segundo ela,

A tradição da universidade como um espaço masculino foi marcadamente rompida na década de 1970, quando a entrada feminina nesse reduto foi tão intensa que, já no Censo Demográfico de 1980, as mulheres de 25-29 anos com nível universitário eram 5% – porcentagem superior à masculina no mesmo grupo etário. A análise da trajetória desse grupo levanta importantes aspectos. Enquanto os homens expressam, no contingente universitário, um aumento de peso relativo semelhante ao dos outros estratos de escolaridade, o aumento de peso relativo, no caso das mulheres, é muito mais expressivo, chegando a quase triplicar nos últimos trinta anos. (GUEDES, 2008, p. 124).

Embora tenha havido uma ascensão das mulheres no ensino superior brasileiro e em outros espaços educacionais, a estrutura e a forma de organização da carreira acadêmica continuam a limitar a ascensão profissional das mulheres nesse contexto, especialmente quando estas se tornam mães (Manson & Golden, 2002; Tabak, 2002; Aquino, 2005/2006).

Apesar dos avanços, a mulher no ensino superior enfrenta os limites postos pela desigualdade de gênero. Conforme Aquino (2005/2006), essas diferenças de gênero podem estar associadas a dois conjuntos de fatores: o primeiro deles envolve a socialização de gênero, que conforma as escolhas profissionais e delimita horizontes de possibilidades diferentes para homens e mulheres, atendendo a diferentes expectativas sociais e familiares; o segundo resulta da difícil conciliação entre carreira e família.

O fato é que o ambiente acadêmico, assim como diversos espaços, não é pensado para as mulheres, muito menos para as mulheres que se tornam mães. Conforme Wolf-Wendel e Ward (2005), a história e tradição androcêntrica da academia, pautada na realidade de homens sem filhos, tem continuado a colocar barreiras para a mulher que pretende avançar na carreira acadêmica. A dedicação exigida para a construção de uma carreira acadêmica foi e continua sendo pautada em uma lógica normativa e masculina, ou seja, os homens possuem uma maior liberdade diante das responsabilidades familiares, o que demanda maiores esforços das mulheres. Não obstante, a tradicional divisão sexual do trabalho conduz as mulheres às duplas ou múltiplas jornadas de trabalho, o que evidencia que a exploração/dominação constitui-se também no meio universitário, contribuindo para a manutenção de uma estrutura patriarcal da família aos modos burgueses e tradicional.

2.1.3 Maternidade na universidade e políticas de inclusão de gênero no Brasil

A maior presença de mulheres nas instituições de ensino superior (IES) evidencia também o fato de que são mulheres potencialmente na condição de maternidade e, portanto, demandam equipamentos de educação infantil.

No Brasil, um importante documento formulado sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2004, trouxe em seu texto a relação entre a oferta de educação infantil e equidade de gênero:

A política para inclusão educacional deve garantir a educação pública a todas as crianças de zero a seis anos, para que mães e pais de crianças pequenas tenham maiores possibilidades de inserção igualitária no mercado de trabalho. O tipo, frequência e a qualidade da ocupação feminina estão vinculados tanto à sua posição na família (chefe ou cônjuge) quanto ao número e idade dos filhos. As mulheres com filhos em idade pré-escolar

participam menos do mercado de trabalho e ocupam os piores postos de trabalho, principalmente quando são chefes de família. Este grupo, no Brasil, está super-representado, por exemplo, entre as empregadas domésticas. (BRASIL, 2004, p. 53).

Nesse contexto, podemos observar na última década uma demanda por creches universitárias, voltadas para os filhos das estudantes. Essa pauta, levantada principalmente pelos movimentos estudantis e feministas dentro das universidades, considera que o compartilhamento da educação, bem como dos cuidados com a creche e a pré-escola, é fundamental para a garantia e permanência das estudantes no meio acadêmico.

“[...] o debate sobre assistência estudantil e creche universitária é de extrema relevância. A luta pela construção de creches nas universidades não é recente, e teve início na década de 1970, incentivada pelos movimentos sociais, principalmente o feminista e o sindical. Hoje, o debate é fortalecido pelo movimento estudantil através da defesa de políticas públicas específicas que possibilitem a permanência das mães estudantes.” (<http://www.une.org.br/2011/10/no-dia-das-criancas-une-lancacampanha-para-maesestudantes/>).

Esse período de reivindicações é caracterizado, segundo Rosemberg (1989a), pela multiplicação de novas formas de luta por creche: “É a organização de empregados de empresas públicas e privadas que levanta dados sobre necessidades, elabora projetos, avalia custos, forma comissões e obtém, junto à direção, a instalação de creches” (p. 97).

O movimento feminista no Brasil teve uma forte intervenção política na defesa de demandas específicas das mulheres, a medida que

Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios etc.) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas.” (COSTA, 2005, p.13).

Apesar desse contexto de mudanças dos espaços ocupados pela mulher na sociedade brasileira, conforme Oliveira & Ferreira (1989), de 52 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), 19 delas instalaram 26 creches, ou seja, de 52 IFES, 33 não mantêm unidades de educação infantil. No Rio de Janeiro, em que existem seis universidades públicas, sendo quatro federais e duas estaduais – Unirio, UFF,

UFRJ, UFRRJ, UENF e UERJ –, apenas duas destas têm unidades universitárias de educação infantil, a UFRJ e a UFF.

Outro estudo, realizado em 2014, sob encomenda da ANDIFES para o FONAPRACE com o objetivo de mapear a vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais brasileiras, apontou que 11,78% de todos os (as) discentes das IFES possuíam filhos, sendo que vários (as) deles (as) são obrigados (as) a deixar seus filhos sozinhos (as), levarem para universidade, ou deixar com outro familiar dada a insuficiência de creches no país.

Esses dados revelam que ainda são tímidas as ações e políticas públicas voltadas para a maternidade, mais especificamente para estudantes-mães dentro das universidades brasileiras. Os reflexos dessa ausência são óbvios. Por não conseguirem conciliar estudos e família, vários estudantes acabam trancando disciplinas, interrompendo temporariamente o curso ou até mesmo desistindo do mesmo.

Além disso, mesmo frequentando os mesmos cursos de graduação, homens e mulheres não têm igualmente seu direito à educação garantido, à medida que não possuem as mesmas condições objetivas de permanência na universidade. Dessa forma, também não ocuparão os mesmos espaços profissionais, o que denota uma constante reprodução de valores patriarcais, estruturada em torno de um processo histórico de dominação masculina e subordinação feminina (YANNOULAS, 2007 apud URPIA, 2012).

3. MÉTODO

Para tal estudo, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, por ser o método que permite uma compreensão detalhada do fenômeno, a partir de uma perspectiva de gênero. Segundo Minayo (1995, p.21-22):

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, através da análise de artigos e publicações acerca do tema, pautada em estudos teóricos de intelectuais, tais como Ariès (1986) e Poster (1979), Aquino (2005/2006, Badinter (1985), dentre outros.

Segundo Santos (2011, p. 11), a pesquisa bibliográfica é “o procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento”.

Tendo em vista a amplitude do tema pesquisado, decidiu-se utilizar como recorte o material disponível no site do Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade - Núcleo Materna, para auxiliar na análise das discussões. Trata-se de um núcleo virtual, independente, sem fins lucrativos, formado por mães, docentes, pós-graduandas, discentes de graduação e ativistas da causa materna de diversas partes do Brasil e que tem o intuito de visibilizar e incentivar os estudos em maternidade em todos os espaços, em especial no espaço universitário.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das leituras e revisão bibliográfica, foi possível identificar que, apesar dos avanços, a mulher no ensino superior enfrenta os limites postos pela desigualdade de gênero.

Ao pesquisar sobre a condição feminina no contexto da vida acadêmica corrobora-se com a afirmação de que “embora o sexo resulte em critério básico universal de organização social (divisão sexual do trabalho), as tarefas designadas para cada sexo em diferentes culturas não são necessariamente as mesmas” (YANNOULAS, 2003a, p. 274).

Nesse sentido, a desigualdade de gênero tem direcionado papéis para as mulheres, à medida que cria diferenças entre o que é entendido como feminino ou masculino e vêm construindo um conjunto de práticas sociais que vão sendo inseridas.

Embora tenha havido uma ascensão das mulheres no ensino superior brasileiro e em outros espaços educacionais, a estrutura e a forma de organização da carreira acadêmica continuam a limitar a ascensão profissional das mulheres nesse contexto, especialmente quando estas se tornam mães (Manson & Golden, 2002; Tabak, 2002; Aquino, 2005/2006).

As mulheres que, por algum motivo, tornam-se mães durante a vida acadêmica enfrentam barreiras para continuar suas atividades na universidade, pela ausência de condições objetivas para tal. Além de terem o acúmulo de jornadas de trabalho e estudo, muitas mulheres não têm com quem deixar os filhos para irem às aulas, tampouco podem se dedicar integralmente às atividades de pesquisa e extensão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que os conceitos e práticas relacionadas à maternidade, foram construídos ao longo da história, modificando-se de acordo com as transformações de cada sociedade. As questões de cunho econômico, político e social influenciam diretamente as concepções sobre maternidade tanto no Brasil, quanto na Europa.

Sobre as mulheres no espaço acadêmico, apesar de comporem a maioria da população no Brasil, as mesmas ainda enfrentam limites de acesso e permanência no ensino superior, postos pela desigualdade de gênero, pois a elas são delimitados diferentes horizontes de possibilidades profissionais em relação aos homens, atendendo a diferentes expectativas sociais e familiares, além de terem mais dificuldades em conciliar carreira e família.

A dedicação exigida para a construção de uma carreira acadêmica foi e continua sendo pautada em uma lógica normativa e masculina, ou seja, os homens possuem uma maior liberdade diante das responsabilidades familiares, o que demanda maiores esforços das mulheres.

A presença de mulheres nas instituições de ensino superior (IES) evidencia também o fato de que são mulheres potencialmente na condição de maternidade e, portanto, demandam equipamentos de educação infantil. No entanto, dados revelam que ainda são tímidas as ações e políticas públicas voltadas para a maternidade, mais especificamente para estudantes-mães, dentro das universidades brasileiras. Os reflexos dessa ausência são óbvios. Por não conseguirem conciliar estudos e família, vários estudantes acabam trancando disciplinas, interrompendo temporariamente o curso ou até mesmo desistindo do mesmo.

As mulheres que, por algum motivo, tornam-se mães durante a vida acadêmica enfrentam barreiras para continuar suas atividades na universidade, pela

ausência de condições objetivas para tal. Além de terem o acúmulo de jornadas de trabalho e estudo, muitas mulheres não têm com quem deixar os filhos para irem às aulas, tampouco podem se dedicar integralmente às atividades de pesquisa e extensão.

Esse estudo revelou que a construção de uma política de permanência para as mulheres mães trabalhadoras e universitárias é fundamental para reduzir a desigualdade de gênero, bem como para garantir o direito à educação pública e de qualidade para todos e todas.

6. REFERÊNCIAS

Aquino, E. M. (2005/2006). **Gênero e Ciência no Brasil**: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O Movimento Feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. Revista Gênero, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF, vol.5 nº. 2, 2005. Disponível em <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em 13/01/2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações**: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 117-132, jun. 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Z.M.R.; FERREIRA, M.C.R. **Propostas para o atendimento em creches no Município de São Paulo**: histórico de uma realidade - 1986. In: Rosemberg, F. (Org.). Temas em destaque: creche. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 28-89.

ROSEMBERG, Fúlvia, (1989). **A educação da criança pequena, a produção de conhecimento e a universidade**. Cadernos ANPED, n. 1, p. 57-64.

SANTOS, I. E. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

Steves, C. M. T. (2007). **Maternidade e Feminismo**: diálogos na literatura contemporânea. In C. Steves. Maternidade e Feminismos: diálogos interdisciplinares (pp. 17-79). Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES/UNE. **III Seminário de Assistência Estudantil da UNE**: "Entrar, permanecer e transformar a Universidade!". Mimeo. s/d.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico**: narrativas de um self participante. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **A maternidade negada**. In: PRIORE, M.D. (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002. Cap. 6, p.189-223

YANNOULAS, Silvia C. **Mulheres e Ciência**. Série Anis, n.47, p. 1-08, mar. 2007.